
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE INCLUSÃO DIGITAL

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 2/2011 SID-MC

PROJETO COMPUTADORES PARA INCLUSÃO

O Ministério das Comunicações (MC), por intermédio da Secretaria de Inclusão Digital (SID), no uso de suas atribuições legais, torna pública a abertura do processo de seleção de Centros de Recondicionamento de Computadores em funcionamento, no âmbito do Projeto Computadores para a Inclusão, em conformidade com a Portaria Interministerial MP/MF/MCT Nº 127, de 29 de maio de 2008 - D.O.U. 30.05.2008 - e com o Decreto Nº 7.568, de 16 de setembro de 2011 - D.O.U. 19.10.2011 - sob as condições e exigências estabelecidas neste edital, sendo que as inscrições serão realizadas mediante cadastramento e envio de propostas pelo Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), a partir da publicação do presente edital até a data prevista para encerramento das inscrições no Programa SICONV Nº 4100020110001.

Brasília, 27 de outubro de 2011.

1. DA AUTORIZAÇÃO

A Manutenção dos Centros de Recondicionamento de Computadores é atribuição do Ministério das Comunicações, por meio da Secretaria de Inclusão Digital, conforme definido no Documento Propositivo para o Projeto Computadores para Inclusão, atualizado em outubro de 2011, e no Decreto sem número de 21 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União em 22 de julho de 2011, com recursos orçamentários disponíveis na ação 24.128.1008.8532.0001 da Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011 - Lei Orçamentária Anual 2011, para os convênios celebrados no presente exercício, e, no caso de exercícios futuros, conforme a disponibilidade orçamentária.

2. DO OBJETO

O objeto do presente edital consiste na seleção de entidades privadas sem fins lucrativos, qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPIs) conforme a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, ou como de Utilidade Pública em Nível Federal, conforme a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto 50.517, de 2 de maio de 1961, com atribuição estatutária compatível com o desenvolvimento das atividades previstas no presente edital e aptas à execução de recursos conforme o disposto no Decreto Nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas posteriores alterações, e na Portaria Interministerial MP/MF/MCT Nº 127, de 29 de maio de 2008, que serão responsáveis pela condução e manutenção de Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs), no âmbito do Projeto Computadores para Inclusão (Projeto CI).

3. DAS DEFINIÇÕES

3.1. Projeto Computadores para Inclusão: iniciativa que oferece formação a jovens e outros públicos prioritários da política de Inclusão Digital do Governo Federal por meio de Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs), que realizam processos de reaproveitamento de equipamentos de informática usados, destinando-os a espaços públicos de inclusão digital.

3.2. Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC): espaço apto à formação técnica e cidadã de jovens em situação de vulnerabilidade social e outros públicos prioritários da política de Inclusão Digital, envolvendo-os nos processos de recepção, triagem, recondicionamento, estoque, descarte e entrega de equipamentos, com instalações e pessoal técnico adequado, conforme diretrizes constantes no Documento Propositivo do Projeto Computadores para Inclusão - versão Outubro/2011, disponível em: <http://www.computadoresparainclusao.gov.br>.

4. DA JUSTIFICATIVA

4.1. Desde a sua criação, o Projeto CI ofereceu formação técnica e cidadã a jovens das periferias urbanas nas localidades onde foram instalados CRCs, com apoio do Governo Federal. Os equipamentos recondicionados se destinaram a telecentros públicos e comunitários, escolas públicas, bibliotecas e outros projetos de inclusão digital da população.

4.2. Com a criação da Secretaria de Inclusão Digital (SID) na estrutura do Ministério das Comunicações, o Projeto Computadores para Inclusão passou a priorizar o caráter formativo e profissionalizante das atividades oferecidas pelos CRCs em oficinas, cursos e treinamentos sobre recondicionamento de computadores.

4.3. A presente seleção visa apoiar a manutenção de CRCs que se comprometam a: i) proporcionar oportunidades de formação profissional e educacional, de re-socialização e de trabalho para jovens em situação de vulnerabilidade social e a outros públicos prioritários da política de inclusão digital; ii) desenvolver atividades educacionais e de sensibilização em temáticas relacionadas à conscientização ambiental e ao lixo eletrônico; iii) captar doações, receber, armazenar, recondicionar e distribuir os equipamentos de informática para projetos de inclusão digital selecionados; e iv) separar e preparar para reciclagem ou descarte ambientalmente adequado partes e peças inservíveis.

4.4. Para cumprir esses objetivos, o trabalho dos CRCs pressupõe uma estrutura de gerência, pessoal técnico qualificado, bem como instalações adequadas para a formação dos jovens, recepção, triagem, recondicionamento, estoque, descarte e entrega de equipamentos, conforme disposto no Documento Propositivo do Projeto CI.

4.5. A formação oferecida pelos CRCs deve ser desenvolvida com atividades de caráter teórico e prático nas oficinas de recondicionamento de equipamentos, com base nas diretrizes constantes no Documento Propositivo do Projeto CI.

4.6. Tendo em vista a integração de ações sob a gestão da Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações, prevê-se ainda que os CRCs se articulem à Rede Nacional de Formação para a Inclusão Digital, criada no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades - Telecentros.BR.

5. DO OBJETIVO

5.1. Os CRCs têm por objetivo ofertar oficinas, cursos, treinamentos e outras atividades formativas com foco no recondicionamento e manutenção de equipamentos de informática, e na conscientização ambiental sobre os resíduos eletroeletrônicos, conforme procedimentos e padrões definidos no Documento Propositivo do Projeto CI - versão Outubro/2011, promovendo a inclusão digital e a formação de jovens de baixa renda em situação de vulnerabilidade social e de públicos prioritários da política de inclusão digital do Governo Federal.

5.2. São objetivos específicos dos CRCs:

a) Proporcionar oportunidades de formação profissional, educacional, de re-socialização e de trabalho para jovens em situação de vulnerabilidade social, buscando parcerias para sua inserção no mercado de trabalho, e a outros públicos prioritários da política pública de inclusão digital;

b) Desenvolver atividades educacionais e de sensibilização em temáticas relacionadas à conscientização ambiental e ao lixo eletrônico;

c) Captar doações, receber, armazenar, recondicionar e distribuir os equipamentos de informática doados para projetos de inclusão digital selecionados; e

d) Separar e preparar para reciclagem ou descarte ambientalmente adequado equipamentos de informática inservíveis.

6. DAS ATRIBUIÇÕES

6.1. Compete a cada uma das entidades responsáveis pela manutenção dos CRCs implementar as ações de caráter administrativo, técnico e pedagógico, conforme descrição a seguir e de acordo com padrões especificados no Documento Propositivo do Projeto CI:

a) Elaborar, implementar e coordenar o projeto pedagógico para a formação de jovens nas oficinas, cursos, treinamentos e outras atividades formativas sobre o recondicionamento de computadores, buscando parcerias que facilitem o ingresso no mercado de trabalho, conforme diretrizes pedagógicas delineadas para o Projeto CI;

b) Multiplicar o potencial de formação de jovens do CRC oferecendo oficinas e cursos de curta duração a públicos prioritários da política de inclusão digital do Governo Federal, tais como monitores de telecentros apoiados pelo Ministério das Comunicações;

c) Realizar captação de doações e a organização dos processos operacionais em âmbito local e nacional, conforme diretrizes e modelo delineado para o Projeto CI;

d) Receber, armazenar e distribuir os equipamentos de informática doados para projetos de inclusão digital selecionados, conforme orientações do Documento Propositivo do Projeto CI;

e) Recondicionar equipamentos de informática usados para utilização em iniciativas de inclusão digital;

f) Sistematizar e consolidar as informações sobre as atividades pedagógicas, técnicas e administrativas do CRC, para registro, avaliação e prestação de contas.

7. DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente edital será de 12 (doze) meses, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da SID/MC, mediante ato devidamente justificado.

8. DA FORMA E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1. Poderão apresentar propostas para este edital entidades privadas sem fins lucrativos, qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) conforme a Lei nº

9.790, de 23 de março de 1999, ou como de Utilidade Pública em Nível Federal, conforme a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto 50.517, de 2 de maio de 1961, com atribuição estatutária compatível com o desenvolvimento das atividades previstas no presente edital e aptas à execução de recursos conforme o disposto no Decreto Nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas posteriores alterações, e na Portaria Interministerial MP/MF/MCT Nº 127, de 29 de maio de 2008 - D.O.U. 30.05.2008.

8.2. É pré-requisito para participação o credenciamento e cadastramento da Proponente no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses (SICONV), disponível no Portal dos Convênios, no endereço de Internet: <http://www.convenios.gov.br>.

8.3. As propostas devem ser submetidas exclusivamente pelo SICONV, exceto se expressa e diretamente solicitado pela SID/MC à entidade Proponente.

8.4. Os procedimentos de inscrição da proposta estão descritos no item 10 do presente edital e os de celebração, no item 13.

9. DA PROPOSTA DE TRABALHO

9.1. As propostas inscritas no presente edital devem ser apresentadas por Proponentes com no mínimo 3 (três) anos de experiência prévia no desenvolvimento das atividades previstas.

9.2. A proposta de trabalho deve ser apresentada mediante Plano de Trabalho padrão, a ser cadastrado diretamente no SICONV, e encaminhado por meio do próprio sistema dentro dos prazos definidos.

9.3. Além do Plano de Trabalho, deve ser submetido, mediante upload de arquivo no SICONV, o Termo de Referência detalhando como a entidade pretende executar as atribuições estabelecidas no item 6 deste edital, embasado nas diretrizes e princípios contidos no Documento Propositivo do Projeto CI - versão Outubro/ 2011, disponível no endereço eletrônico: <http://www.computadoresparainclusao.gov.br>. O Termo de Referência deve conter os seguintes requisitos básicos, apresentados em páginas numeradas sequencialmente:

I. Identificação

Os dados abaixo devem constar no centro da primeira página:

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2011 - SID/MC

PROJETO COMPUTADORES PARA INCLUSÃO

< Nome da Proponente >

CNPJ:

II. Índice

Listagem com o título de cada tópico e números das respectivas páginas contidos na proposta impressa.

III. Apresentação da Proponente

Portifólio da entidade Proponente, contendo resumo da experiência institucional na realização de trabalhos na área do objeto deste edital, ou afins, devidamente comprovada por atestados de capacidade técnica emitidos por contratantes, concedentes ou parceiros anteriores que descrevam, sucintamente, os serviços relevantes prestados pela Proponente nos últimos 3 (três) anos na área específica, incluindo: período de realização e área de abrangência da atividade, objetivos, metodologia, produtos, recursos financeiros e avaliação da execução em relação aos objetivos propostos.

IV. Detalhamento do projeto:

- a) Introdução: assinalar os pontos relevantes para a atuação do CRC, no âmbito do Projeto CI.
- b) Objetivos: descrição sucinta dos objetivos do projeto.
- c) Definição do marco conceitual que orientará as atividades.
- d) Metodologia a ser adotada: descrição dos métodos, técnicas, ferramentas e demais instrumentos que serão adotados na realização dos serviços.
- e) Descrição dos produtos/subprodutos a serem desenvolvidos.
- f) Cronograma de execução.
- g) Gestão operacional e organização da equipe: apresentação detalhada das estratégias para a gestão do projeto e da organização da equipe para execução das atividades, indicando, inclusive, parcerias já existentes e parcerias a serem estabelecidas nesta execução.
- h) Equipe técnica designada: formação, funções e períodos de dedicação dos profissionais que comporão a equipe; no caso dos profissionais designados para a função de coordenação, relacionar os respectivos nomes.
- i) Currículo dos coordenadores da equipe: currículo, com a descrição da formação acadêmica e a descrição da experiência profissional no objeto de trabalho deste edital por um período igual ou superior a 3 anos, devidamente datado e assinado pelo profissional contendo declaração de que concorda com a sua indicação pela Proponente para trabalhar no projeto.

V. Detalhamento dos recursos financeiros previstos para execução da proposta, condizente ao Plano de Trabalho apresentado via SICONV, em termos de:

- a) recursos humanos;
- b) materiais de consumo;
- c) diárias;
- d) passagens e despesas com locomoção;
- e) outros serviços de terceiros pessoa física;
- f) outros serviços de terceiros pessoa jurídica;
- g) outros itens considerados como custeio pela lei orçamentária.

V.I. No que tange às diárias para membros da equipe técnica e/ou beneficiários da proposta, os valores máximos a serem concedidos devem observar o disposto no Decreto nº 5.992 de 19/12/2006 e alterações e Decreto nº 6.907, de 21 de julho de 2009.

V.II. De acordo com o parágrafo único do art. 39 da Portaria Interministerial MP/MF/MCT Nº 127/2008 (alterada pela Portaria nº 342, de 05/11/2008), os convênios celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos, poderão acolher despesas administrativas até o limite de 15% (quinze por cento) do valor do objeto, desde que expressamente autorizadas e demonstradas no respectivo instrumento e no plano de trabalho.

V.III. No caso em que a contrapartida for exigida, a proposta deve indicar se os recursos serão financeiros e/ou em bens e serviços economicamente mensuráveis, informando, neste caso, a forma de aferição.

V.IV. O percentual de contrapartida deverá atender aos limites previstos na Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2011).

V.V. A elaboração orçamentária da proposta deve levar em conta a legislação referente à transferência voluntária de recursos da União, disponível na Internet, no endereço: <http://www.convenios.gov.br>.

9.4. A Proponente deve, ainda, por meio de upload de arquivo no SICONV, conforme determina o artigo 3º, § 2º, do Decreto 6170/2007, apresentar declaração do dirigente máximo da entidade acerca da não existência de dívida com o poder público, bem como prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual, Distrital e Municipal e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, na forma da lei.

9.5. Os recursos solicitados à Concedente por cada Proponente não devem ultrapassar o limite mínimo de R\$100.000,00 (cem mil reais) e o máximo de R\$ 400.000 (quatrocentos mil reais) para o período de 12 (doze meses) de atividades.

I. O valor será ajustado para mais ou para menos, sem ultrapassar o limite mínimo, de acordo com o número efetivo de propostas selecionadas em todo o território nacional, e será definido conforme os procedimentos constantes no item 13 deste edital.

9.6. Não será oferecido apoio financeiro para despesas de capital/ investimento, tais como obras, reformas, ou aquisição de infraestrutura, equipamentos permanentes ou mobiliários.

9.7. A proposta deve ser formalmente aprovada pelo dirigente máximo da Proponente ou por representante com competência atribuída, mediante apresentação de documentação comprobatória de mandato para celebração de convênio, manifestando estar de acordo com os termos da presente seleção.

9.8. Antes da celebração de instrumento referente à execução, a proposta de trabalho selecionada poderá ser ajustada, a partir da interlocução entre os representantes da respectiva Proponente e do Ministério das Comunicações, com o intuito de compatibilizá-la ao número de propostas selecionadas pelo presente edital, conforme previsto no inciso I do item 9.3 acima.

10 . DOS PROCEDIMENTOS DE INSCRIÇÃO

10.1. As propostas deverão ser apresentadas na forma do modelo previsto no item 9.2.

10.2. A data limite para envio da proposta estará definida nas regras do Programa cadastrado no SICONV sob Nº4100020110001.

10.3. O Termo de Referência de que trata o item 9.3 deve ser impresso, rubricado e assinado pelos representantes legais das instituições envolvidas e anexado ao SICONV para comprovação dos compromissos estabelecidos.

10.4. Juntamente com o Termo de Referência devidamente assinado, devem ser anexados ao SICONV os documentos de comprovação da experiência institucional prévia.

10.5. Após estes procedimentos, a Proponente deverá encaminhar à Secretaria de Inclusão Digital a proposta cadastrada no SICONV, impressa em papel A4, sem nenhum tipo de encardenação ou grampeamento, devidamente rubricada e assinada pelo representante legal da entidade, juntamente com o Termo de Referência e os documentos de comprovação da experiência institucional prévia de que trata o item 10.4 acima.

10.6. A documentação impressa de que trata o item 10.5 acima, poderá ser entregue diretamente no protocolo da Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações, no endereço abaixo

indicado, ou remetida pelo correio, mediante registro postal ou equivalente, com comprovante da postagem até dois dias úteis após a data limite para envio da cópia impressa estabelecida no item 10.2 deste Edital de Chamamento Público, devendo constar no envelope a seguinte identificação:

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2011 - SID/MC

SELEÇÃO PÚBLICA PARA MANUTENÇÃO DE CENTRO DE RECONDICIONAMENTO DE COMPUTADORES

PROJETO COMPUTADORES PARA INCLUSÃO

Proponente: < Nome da Proponente >

Ao Ministério das Comunicações

Secretaria de Inclusão Digital

Departamento de Articulação e Formação

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", 8º Andar, sala 817

CEP 70.044-900 - Brasília - DF

10.8. Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela Concedente.

10.9. A SID/MC relacionará as propostas inscritas e procederá a sua publicação no sítio oficial do Ministério das Comunicações na Internet, disponível em <http://www.mc.gov.br>, em listagem contendo o nome da entidade Proponente, título do projeto, município e Unidade Federada (UF) de origem.

11 . DA SELEÇÃO E JULGAMENTO:

11.1. A seleção das propostas apresentadas será realizada em 03 (três) etapas:

a) análise de requisitos;

b) análise técnica e de mérito;

c) visita técnica aos locais indicados para o funcionamento dos CRCs.

I. As análises serão realizadas pela equipe técnica da SID/MC, que poderá constituir comissão de avaliação específica para a alínea "b" deste item, cabendo a decisão final à titular da Secretaria.

11.2. A fase de análise de requisitos é eliminatória e exigirá toda a documentação prevista nos itens 9 e 10 deste edital, além do atendimento aos procedimentos ali especificados. As Proponentes serão consideradas inabilitadas quando não apresentarem os documentos exigidos, não possuírem a configuração institucional prevista neste edital e/ou não apresentarem as informações solicitadas.

11.3. A análise técnica e de mérito das propostas que atendam aos requisitos será realizada por uma Comissão Técnica composta por servidores que façam parte do quadro da Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações e que possuam conhecimento na área objeto deste edital.

11.4. Poderão ser solicitadas às Proponentes informações ou documentos adicionais para os devidos esclarecimentos, análise e encaminhamento da proposta.

11.5. Caberá à Secretária da SID/MC a coordenação dos trabalhos da Comissão Técnica e o voto de qualidade.

11.6. A análise das propostas considerará a conjugação dos seguintes critérios:

I. Qualidade da experiência prévia da Proponente na área objeto deste edital:

A Proponente será eliminada do presente processo seletivo caso não comprove o mínimo de 3 (três) anos de experiência de atuação na área objeto deste edital ou afins.

Item	Critérios	Caráter	Pontuação
1	Experiência prévia da Proponente na área objeto deste edital ou afins	Eliminatório e classificatório	0,5 (para cada ano completo de atividade a partir dos 3 anos mínimos de experiência)

II. Qualidade técnica da proposta:

Item	Critérios	Caráter	Pontuação Mínima	Pontuação Máxima
1	Clareza de objetivos e metas	Classificatório	0,5	3
2	Contexto e justificativa da proposta	Classificatório	0,5	3
3	Adequação e qualidade da metodologia	Classificatório	0,5	3
4	Viabilidade do cronograma de execução	Classificatório	0,5	2

5	Acompanhamento e avaliação propostos	Classificatório	0,5	2
---	--------------------------------------	-----------------	-----	---

III. Capacidade técnica operacional da Proponente.

Item	Crítérios	Caráter	Pontuação Mínima	Pontuação Máxima
1	Adequação do espaço físico do CRC	Classificatório	0,5	5
2	Comprovação de parcerias com outras instituições para ações da área objeto deste edital	Classificatório	0,5	3
3	Capacidade do corpo gerencial da Proponente, comprovando experiência de atuação na área objeto deste edital	Classificatório	0,5	3

IV. Adequação do orçamento apresentado.

Item	Crítérios	Caráter	Pontuação Mínima	Pontuação Máxima
1	Viabilidade da proposta orçamentária	Classificatório	0,5	2
2	Correlação entre metas de formação apresentadas e recursos previstos	Classificatório	0,5	2

12. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA SELEÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O resultado final da seleção será divulgado no sítio do Ministério das Comunicações na Internet, disponível em <http://www.mc.gov.br>, por ofício às Proponentes e por publicação no Diário Oficial da União.

12.2. A seleção das propostas não obriga o Ministério do das Comunicações a pactuar transferência voluntária de recursos com a Proponente eventualmente selecionada.

12.3. Caberá pedido de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis da publicação no Diário Oficial da União, por meio de Sedex com Aviso de Recebimento - AR ou protocolamento na SID/MC.

12.4. O resultado do recurso será publicado no Diário Oficial da União, juntamente com o Resultado Final do presente Edital de Chamamento Público.

13. DA CELEBRAÇÃO

13.1. Previamente à celebração de convênios ou termo de cooperação junto às instituições partícipes - Proponente e Interveniente(s), se houver - da proposta selecionada na forma do presente edital, a entidade poderá ser convocada a participar de reunião presencial junto à Concedente, para definição do Plano de Trabalho a ser efetivamente executado.

13.2. Após a definição da versão final da proposta, esta será formalizada por meio dos instrumentos pertinentes, a serem celebrados entre a Concedente e a Proponente, na forma da legislação vigente.

13.3. O instrumento celebrado terá como período de vigência 12 (doze) meses. Até 30 (trinta) dias antes da data de término da vigência, a Concedente poderá solicitar, na forma da legislação vigente, prorrogação de prazo, desde que cumprido o objeto pactuado, e apresentada proposta de correspondente ajuste de metas, recursos e demais aspectos que se fizerem necessários. A formalização da prorrogação se dará mediante a celebração de Termo Aditivo.

13.4. A celebração de instrumentos e o desembolso de recursos transcorrerá conforme a disponibilidade orçamentária e financeira da Concedente.

13.5. Conforme a Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, Art. 3º, (alterado pela Portaria nº 342, de 05/11/2008) e o Decreto Nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas posteriores alterações, os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial dos convênios serão realizados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, por meio do Portal dos Convênios.

14. DO CRONOGRAMA

14.1. Divulgação e publicação do edital de chamamento público: data de publicação deste edital;

14.2. Data final para envio da proposta: 15 dias corridos após publicação do edital no D.O.U;

14.3. Divulgação dos resultados: até 15 (quinze) dias corridos após data final para envio das propostas;

14.4. Prazo para apresentação de recursos: 5 (cinco) dias úteis após a divulgação dos resultados;

14.5. Resultado dos recursos e divulgação final dos resultados: até 10 (dez) dias corridos após a data de término do prazo para a apresentação dos recursos;

14.6. Formalização dos instrumentos: até 20 (vinte) dias corridos após divulgação final dos resultados.

15. DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES:

15.1. Caberá à Concedente:

I. Receber as propostas referentes a este edital.

II. Analisar o atendimento de requisitos pelas Proponentes.

III. Conduzir o processo de avaliação e seleção das propostas, conforme definido neste edital.

IV. Organizar e conduzir a oficina de adequação de propostas selecionadas, conforme definido neste edital.

V. Celebrar e acompanhar a execução dos instrumentos jurídicos pertinentes junto às instituições partícipes de propostas.

VI. Fornecer às instituições partícipes orientações e informações pertinentes.

15.2. Caberá à Proponente selecionada:

I. Adequar o Plano de Trabalho em comum acordo com a Concedente.

II. Utilizar os recursos financeiros aprovados exclusivamente na execução das ações indicadas no plano de trabalho pactuado.

III. Cumprir todas as normas de execução previstas no documento de formalização do apoio financeiro, incluindo a entrega de relatórios e informes, registros contábeis e prestação de contas, em conformidade com os procedimentos legais.

IV. Disponibilizar acesso a todas as informações pertinentes à gestão técnica, administrativa e financeira do projeto, de forma sistemática e sempre que solicitado.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Esclarecimentos e informações adicionais acerca deste edital poderão ser solicitados pelo e-mail: projeto.ci@mc.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-6144. No caso de e-mail, o campo Assunto deve apresentar a seguinte especificação: Edital de Chamamento Público Nº 02/2011 - Manutenção de Centro de Recondicionamento de Computadores.

16.2. Revogação ou Anulação do Edital: a qualquer tempo, o presente edital poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

16.3. A Proponente sujeitar-se-á às disposições da legislação pertinente no que diz respeito à execução de despesas com os recursos destinados ao projeto pelos instrumentos jurídicos envolvidos.

16.4. A Proponente arcará com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de sua proposta, bem como dos procedimentos necessários à celebração, caso escolhida.

16.5. A Concedente reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas neste Edital de Chamamento Público.

LYGIA LUMINA PUPATTO

Secretária